

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.900 - RN (2019/0030570-4)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
RECORRENTE : JOSE LUCAS BARBOSA DA SILVA (PRESO)
ADVOGADOS : MATHEUS VINÍCIUS QUERINO DA CUNHA - RN013354
WALKECIO FERREIRA DEODATO DA SILVA - RN013896
JOÃO PAULO ARRUDA NOBRE - RN014223
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por JOSE LUCAS BARBOSA DA SILVA em face do acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte que denegou o *writ* de origem.

O acórdão do Tribunal *a quo* tem a seguinte ementa (fl. 229):

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33 DA LEI 11.343/2006). SEGREGAÇÃO CAUTELAR. DECISÃO FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CUSTÓDIA PREVENTIVA BEM DELINEADA.

CONDIÇÕES PESSOAIS. IRRELEVANTES, POR SI SÓ, A JUSTIFICAR A CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE. CONHECIMENTO E DENEGAÇÃO.

Neste recurso, busca-se a revogação da prisão preventiva, sob o argumento de nulidade da ação policial, de ausência dos indícios de autoria e de prova da materialidade, bem como dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, ou a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, conforme previsão do artigo 319 do CPP.

O recorrente foi denunciado pela prática do crime tipificado no artigo 33 da Lei n. 11.343/06.

Na origem, processo n. 0100950-69.2018.8.20.0158, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 3/4/2019, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 7/2/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Em sede de *habeas corpus*, não há espaço para discussão de materialidade e autoria delitiva, uma vez que a ação mandamental em comento visa sanar ilegalidade verificada de plano, portanto, alegações quanto a este ponto não poderão ser conhecidas.

Posto isso, a questão atinente à nulidade da ação policial por suposta invasão de domicílio tem pretensão de natureza satisfativa, cabendo melhor análise na ocasião do julgamento de mérito deste *writ*.

No mais, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto prisional assim dispôs (fl. 68):

[...]. Na hipótese dos autos, percebe-se que a liberdade do imputado poderá causar embaraços à coleta de provas e, sobretudo, a aplicação da Lei penal. É que o autuado sequer foi citado e interrogado judicialmente, sendo necessária a sua citação pessoal para evitar a suspensão do processo, em prejuízo da instrução criminal, além do que o autuado não possui documentos de identificação ou comprovante de residência nos autos, o que reforça a necessidade de sua prisão para assegurar a aplicação da lei penal. [...].

Como se vê, consta da decisão de prisão fundamentação concreta, evidenciada na ausência de documentos de identificação do paciente e comprovante de residência nos autos, o que é admitido por esta Corte como fundamento idôneo para a decretação da custódia.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que é admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoal ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, nos termos do parágrafo único do art. 313 do Código de Processo Penal. Nesse sentido: RHC n. 511101/BA – 6ª T. – unânime - minha relatoria – DJe 14/11/2014; RHC n. 47182/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 1/8/2014; HC n. 255833/SP – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 14/5/2014.

Contudo, cumpre observar que, em análise preliminar, verificou-se que há nos autos a documentação que faltava no momento da decretação da prisão preventiva, qual seja, cópias da carteira de identidade (RG), do CPF e do comprovante de residência do recorrente (fls. 36/37), razão pela qual já não mais persistem os motivos que ensejaram a segregação cautelar.

Além disso, verifica-se que o paciente é primário (fl. 60) e a quantidade de droga apreendida não se releva expressiva, tratando-se de *06 trouxinhas de erva que, segundo o laudo de constatação provisório à fl.16, é popularmente conhecida como "maconha", 06 trouxinhas de pó branco e 02 trouxinhas de pedra branca, provavelmente "cocaína"* (fl. 168).

Logo, para evitar o risco de reiteração delitiva, suficiente é a imposição das seguintes medidas cautelares penais diversas da prisão processual: (a) apresentação a cada 2 meses, para verificar a manutenção da inexistência de riscos ao processo e à sociedade; (b) proibição de mudança de domicílio sem prévia autorização judicial, vinculando a acusada ao processo; e (c) proibição de ter contato pessoal com pessoas envolvidas com o tráfico e outras atividades criminosas, como garantia à instrução e proteção contra à reiteração criminosa; tudo isso sem prejuízo de eventual fixação de outras medidas cautelares pelo Juízo de origem, desde que devidamente fundamentadas, além da decretação da prisão, com fundamento exclusivo em fatos novos.

Ante o exposto, defiro o pedido de liminar para a soltura do recorrente JOSE LUCAS BARBOSA DA SILVA, a fim de determinar o cumprimento das medidas cautelares de apresentação a cada 2 meses, proibição de mudança de domicílio sem prévia autorização judicial e proibição de ter contato pessoal com pessoas envolvidas com o tráfico de drogas e outras atividades criminosas; o que não impede a fixação de outras medidas cautelares diversas da prisão, por decisão fundamentada.

Comunique-se.

Solicitem-se informações, em especial sobre o andamento processual e a situação prisional do recorrente.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator